

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 28/2012**

Período: 11/08/2012 – 17/08/2012

GEDES – Brasil

- 1- Militares acusados de agressão serão julgados
- 2- Concurso para médico da Marinha adota nova legislação
- 3- Operação Ágata apreende explosivos e armamentos
- 4- Documentos sigilosos foram destruídos legalmente, afirma Exército
- 5- TCU encontra irregularidade em obra executada pelo Exército
- 6- General é transferido após confraternizar com grevistas da Polícia Militar
- 7- Comissão da Verdade solicita tombamento de prédios que funcionaram como centros de tortura durante o regime militar
- 8- Integrante da Comissão da Verdade afirma que torturas durante o regime militar foram “políticas de Estado”
- 9- Ustra é oficialmente reconhecido como torturador e será convocado pela Comissão da Verdade para depor
- 10- Comissão da Verdade repudia protestos e críticas de militantes de direitos humanos
- 11- Colégio Militar de Brasília está bem colocado no ranking nacional de escolas

1- Militares acusados de agressão serão julgados

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o caso de agressão sofrido por um recruta da Aeronáutica no dia 20/07/12 será julgado pela Justiça Militar. Os agressores acusados de terem espancado o rapaz dentro do alojamento no Hospital da Força Aérea Brasileira na cidade de Belém, no estado Pará, já foram identificados. Se condenados, eles poderão ser expulsos da corporação e indiciados por maus-tratos. Segundo presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcelo Freitas, a ação deve ser considerada um crime de tortura. (*Correio Braziliense – Brasil – 11/08/12*)

2- Concurso para médico da Marinha adota nova legislação

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a Marinha abriu concurso público para 54 vagas em 32 especialidades médicas, o qual estará adequado às novas regras estabelecidas pelas Leis nº 12.704 e 12.705 sancionadas pela presidenta Dilma Rousseff no dia 09/08/12. De acordo com a nova legislação, foram estabelecidos critérios de alturas mínima e máxima para homens e mulheres que desejam ingressar no Exército e na Marinha, assim como critérios para o uso de tatuagens. A restrição a candidatos casados ou em união estável, como ocorria anteriormente, foi anulada, pois segundo a nova lei "o estado civil não pode ser fator que, por si só, seja suficiente para a exclusão

de candidato de concurso público". (Correio Braziliense – Economia – 11/08/12)

3- Operação Ágata apreende explosivos e armamentos

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, os agentes da Operação Ágata, composta por homens das Forças Armadas e de outros órgãos federais que visam o combate de delitos transfronteiriços na região Amazônica, encontraram 12 toneladas de explosivos sendo transportadas por um caminhão no sul do estado de Mato Grosso. Além disso, foram recuperados nove mil metros de mecha, 315 espoletas e outros tipos de armas. (Correio Braziliense – 11/08/12)

4- Documentos sigilosos foram destruídos legalmente, afirma Exército

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, documentos sigilosos referentes à invasão do Exército à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1988 foram destruídos. A invasão, que teve como intuito encerrar a greve iniciada dois dias antes, resultou no ferimento de dezenas de trabalhadores e na morte de três metalúrgicos. De acordo com a *Folha*, a documentação, que segundo o Comando do Exército brasileiro foi destruída, seria crucial para determinar se o então presidente da República José Sarney concordou pessoalmente com a invasão. De acordo com o Exército, a eliminação desses documentos era legal na época, tendo em vista a legislação do regime militar (1964-1985) que ainda estava vigente. A destruição de documentos também afetou arquivos referentes à Guerrilha do Araguaia (1972-1974) e à destruição à bomba de um monumento construído em memória dos mortos naquela greve. (Folha de S. Paulo – Poder – 11/08/12)

5- TCU encontra irregularidade em obra executada pelo Exército

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu uma auditoria no Eixo Norte da obra de transposição do Rio Francisco, a qual constatou um superfaturamento estimado em mais de R\$ 7 milhões no trecho, que está sob a responsabilidade do 2º Batalhão de Engenharia do Exército. A transposição do rio São Francisco, que visa irrigar o semiárido de vários estados da região Nordeste do Brasil, é o projeto mais caro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instaurado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e mantido pela presidenta Dilma Rousseff. De acordo com o *Estado*, a obra se tornou um “manancial de irregularidades”, graças ao atraso de três anos nas obras e às suspeitas de superfaturamento e desvio de recursos. Foram identificadas irregularidades na desapropriação de imóveis, além do aumento significativo na previsão de custo da obra, que foi de R\$ 4,7 bilhões para R\$ 8,2 bilhões. Entretanto, ainda segundo o jornal, o que chama a atenção são as irregularidades encontradas nas obras executadas pelo Exército, que está presente em 25 projetos do PAC, e é conhecido por cumprir os prazos e economizar recursos, como no caso da obra do Aeroporto de Guarulhos, no estado de São Paulo, em que houve a diminuição de 25% dos custos e a antecipação da entrega em 15 meses. (O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 11/08/12)

6- General é transferido após confraternizar com grevistas da Polícia Militar

Conforme noticiou o periódico *O Estado de S. Paulo*, o general Marco Edson Gonçalves Dias deixou o comando da 6ª Região Militar para assumir o cargo de diretor de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social do Exército. Dias foi exonerado após participar de confraternização com os grevistas da Polícia Militar da Bahia, atitude que desagradou o governo federal e o comandante do Exército, o general Enzo Peri, que após consulta a órgãos superiores, decidiu pela exoneração. Dias, que na época do governo de Luiz Inácio Lula da Silva era responsável pela segurança do presidente, disse já entender seu comando como “combatido” após ter declarado aos grevistas que “negociaria com os amotinados” publicamente e garantir que “nada aconteceria”, mesmo após alguns grevistas terem ordem de prisão decretada. O general Dias deve permanecer no novo cargo por pouco mais de um ano, quando será transferido para a reserva. (*O Estado de S. Paulo* – Brasil – 13/06/12)

7- Comissão da Verdade solicita tombamento de prédios que funcionaram como centros de tortura durante o regime militar

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, o coordenador da Comissão da Verdade, Gilson Dipp, irá solicitar ao governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o tombamento dos prédios onde funcionaram o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) e a nomeada Casa da Morte, os quais foram utilizados, durante o regime militar (1964-1985), como locais de tortura de presos políticos. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro, Wadih Damous, foi o autor da ideia de transformar os locais em memoriais. No dia 15/08/12, o periódico *Folha de S. Paulo* relatou que a integrante da Comissão da Verdade e advogada, Rosa Cardoso, afirmou que a Comissão está apurando informações sobre a existência de mais de uma “casa da morte” na cidade do Rio de Janeiro, já que, até a chegada das novas informações, suspeitava-se da existência de somente uma, localizada na região da zona sul do município. Outro membro da Comissão, Paulo Sérgio Pinheiro, mencionou que “o Rio foi o Estado com maior número de ‘casas da morte’ no país”. (*Correio Braziliense* – Brasília-DF – 14/08/12; *Folha de S. Paulo* – Poder – 15/08/12)

8- Integrante da Comissão da Verdade afirma que torturas durante o regime militar foram “políticas de Estado”

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 13/08/12, durante audiência pública da Comissão da Verdade na seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro, que reuniu parentes de presos políticos e mortos durante o regime militar (1964-1985), o integrante da Comissão e ex-secretário nacional de Direitos Humanos no governo Fernando Henrique Cardoso, Paulo Sérgio Pinheiro, “afirmou que as torturas ocorridas no país de 1964 a 1985 foram ‘políticas de Estado’”. Segundo Pinheiro, tal política fez com que os jovens que lutaram na Guerrilha do Araguaia (1972-1974) fossem assassinados, completando que as ‘casas de tortura’ operavam por ordem dos ministérios militares. Para o ex-secretário de Direitos Humanos, o papel da Comissão está em comprovar que as ações de agentes contra militantes foram

políticas de Estado. Ainda durante a audiência, José Maria Gagliassi, que foi torturado, pediu que a Comissão identificasse os responsáveis pelas ações de tortura. O ministro do Superior Tribunal de Justiça e presidente da Comissão, Gilson Dipp, afirmou que a Comissão tem o compromisso de que os documentos existentes sobre o período se tornem públicos, além de declarar que, mesmo não sabendo o que irá acontecer ao final dos trabalhos do órgão, “o Brasil não será como antes”. (Folha de S. Paulo – Poder – 14/08/12)

9- Ustra é oficialmente reconhecido como torturador e será convocado pela Comissão da Verdade para depor

De acordo com os periódicos *Correio Brasiliense*, *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, o coronel da reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra foi reconhecido, pela 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, como “responsável por sessões de tortura” durante o regime militar (1964-1985). No julgamento do recurso à sentença que já havia reconhecido o coronel como torturador, o advogado de defesa de Ustra, Paulo Esteves, alegou que a explicação dos fatos e a definição de responsabilidades daquela época não é função da Justiça, mas da Comissão da Verdade. O *Estado* informou que essa é a primeira vez, desde a instauração da Comissão, que esta é invocada na defesa de um agente do Estado, suspeito de violação de direitos humanos. Segundo a defesa, após o fim do regime militar criaram-se três leis para assegurar a transição para a democracia: Lei da Anistia de 1979, que beneficiou tanto perseguidos políticos quanto agentes de Estado; a Lei 10.559 que determina reparações para os anistiados; e a Lei 12.528 que instaurou a Comissão Nacional da Verdade. O processo, que tramita desde 2005, foi uma ação civil declaratória em que a família Teles pede à Justiça o reconhecimento da participação de Ustra em torturas realizadas no Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) de São Paulo, que o coronel comandou de 1970 a 1974. A família não requisita qualquer reparação financeira. Em 2008, o juiz Gustavo Teodoro reconheceu a responsabilidade civil do militar. O advogado da família, Fábio Konder Comparato, recordou que, de acordo com organizações de defesa dos direitos humanos, durante o período em que Ustra comandou o DOI-Codi ocorreram 40 mortes e 502 presos políticos sofreram sessões de tortura, dentre eles, Maria Amélia e Edson Teles. Segundo Comparato, a Lei da Anistia suprime punições na área penal, mas não tem implicações na área cível, na qual Ustra foi julgado. A *Folha* destacou que, em frente ao prédio do Tribunal de Justiça de São Paulo, um grupo de ativistas “que defendem a punição aos torturadores que foram livrados de condenações criminais pela Lei da Anistia” organizou uma manifestação. O *Estado* evidenciou que “até hoje nenhuma decisão judicial sobre o envolvimento de agentes de Estado com a tortura havia sido referenda por um colegiado de segunda instância”. De acordo com o *Estado*, a Comissão Nacional da Verdade irá convocar Ustra para depor a respeito de sua atuação no DOI-Codi entre os anos de 1970 e 1974, marcados por forte repressão do regime. Caso o ex-coronel não compareça, poderá ser acionado pelo Ministério Público Federal pelo crime de desobediência. Entretanto, Ustra tem o direito de comparecer e não responder às perguntas que lhe forem feitas. A advogada Rosa Maria Cardoso da Cunha, uma das sete integrantes da Comissão, declarou ao *Estado*: “Queremos que o

ex-comandante do DOI-Codi preste esclarecimentos sobre os fatos ali ocorridos. Se ele quiser comparecer espontaneamente, se tiver uma confissão a fazer, como aconteceu com militares em outros países da América Latina, nós acolheremos sua iniciativa." (Correio Braziliense – Política – 15/08/12; Folha de S. Paulo – Poder – 15/08/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/08/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/08/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/08/12)

10- Comissão da Verdade repudia protestos e críticas de militantes de direitos humanos

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, em audiência pública, após protestos emocionados contra o recurso ao sigilo em trabalhos da Comissão da Verdade e críticas à sua falta de capacidade legal para punição, os membros da Comissão repudiaram, no dia 13/08/12, o que denominaram "tom acusatório" dos militantes de direitos humanos. As críticas foram realizadas, por exemplo, pela integrante do Grupo Tortura Nunca Mais, Cecília Coimbra, que criticou a lei que instaurou a Comissão e a acusou de "manter a confidencialidade" de agentes da tortura. Para o membro da Comissão, Paulo Sérgio Pinheiro, é "cansativo" ouvir que a Comissão da Verdade está envolvida em uma "teoria conspiratória", de produzir o esquecimento e acordar com o sigilo. De acordo com Pinheiro, a Comissão tem amplos poderes e não sofre com nenhuma "imposição de sigilo", como também não está submetida às limitações criadas pela Lei da Anistia ao sistema jurisdicional do Brasil. Para o ministro do Superior Tribunal de Justiça e integrante da Comissão, Gilson Dipp, as críticas são normais devido à "carga emocional" que envolve os acontecimentos apurados pelo grupo. Dipp e o advogado José Carlos Dias defendem a submissão de alguns procedimentos da Comissão ao sigilo, visto que, para Dias, algumas atividades têm as características de uma investigação policial, de forma que a publicidade prejudicará a descoberta da verdade. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/08/12)

11- Colégio Militar de Brasília está bem colocado no ranking nacional de escolas

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) mostram que o Colégio Militar de Brasília (CMB) é o melhor colégio do Distrito Federal, além de estar na 21ª colocação "do ranking das melhores instituições públicas do país, com nota de 6,7". O jornal ainda afirmou que, no ano passado, o CMB foi "o único colégio público localizado no Distrito Federal listado entre os 500 melhores analisados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb)". Segundo o chefe da Divisão de Ensino e subdiretor do CMB, coronel Samuel Horn Pureza, "os bons índices em avaliações também são resultado do foco no ensino preparatório". O *Correio* destacou que o CMB não compõe, oficialmente, a rede pública de ensino do Distrito Federal e que é "administrado com recursos do Exército". (Correio Braziliense – Educação – 15/08/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ricardo Cavaleiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC).